

CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA

CNPJ nº 17.245.234/0001-00

NIRE 31.300.044.254

Companhia Aberta

**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

DATA: 05 de junho de 2026

HORÁRIO: 10h00

ÍNDICE

I.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
II.	MANUAL DE PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	7
1.	Instalação da Assembleia	7
2.	Orientações para participação dos acionistas na Assembleia.....	7
2.1	Participação por meio de Sistema Eletrônico.....	8
2.2.	Participação à distância	11
2.3.	Regras gerais para procurações, BVDs e demais documentos.....	12
2.4	Considerações adicionais.....	12
III.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA	13
1.	Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato.....	13
2.	Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.	13
3.	Instalação do Conselho Fiscal da Companhia.....	16
4.	Revisão e fixação da remuneração anual global dos administradores e dos membros do conselho fiscal para o período 2026-2027.	16
	ANEXO I – MODELOS DE DECLARAÇÕES A SER FIRMADAS POR CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO CONSELHO FISCAL.....	18
	ANEXO III – INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO	46
	CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL INDICADOS PELOS SEGUINTE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES:.....	55

I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira ("Companhia") apresenta aos Senhores Acionistas o presente Manual de Participação e Proposta da Administração ("Proposta da Administração"), contendo as informações exigidas pela legislação e regulação aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância** ("Assembleia") e recomenda aos senhores acionistas, pelos motivos a seguir detalhados, que aprovem todas as propostas constantes na ordem do dia da Assembleia, objeto do edital de convocação indicado a seguir ("Edital de Convocação").

Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (www.cedro.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), a Proposta da Administração contendo informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico e da votação à distância por meio do BVD, bem como as informações relacionadas às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2026

Fabiano Soares Nogueira

Presidente do Conselho de Administração

CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA

CNPJ nº 17.245.234/0001-00

NIRE 31.300.044.254

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, com sede social em Belo Horizonte (MG), na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Edifício Seculus Business Center, Bairro Funcionários, convoca seus acionistas a se reunirem em primeira convocação, em 05 de junho de 2026, às 10:00 horas, para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), que será realizada de modo exclusivamente digital, plataforma digital Teams, conforme detalhado mais adiante, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada pela Resolução CVM 204/2024, cuja pauta para será para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Fixação do número de assentos do Conselho de Administração.
2. Eleger membros que irão compor o Conselho de Administração em decorrência do fim do mandato, para novo mandato de dois anos, até a AGO que julgar as contas do exercício de 2027.
3. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal.
4. Revisão e fixação da remuneração anual global dos administradores e dos membros do conselho fiscal para o período 2026-2027.

I. Instruções e Informações Gerais:

A participação dos acionistas na Assembleia poderá ser pessoal, por representação legal de pessoa jurídica ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no art. 126 da Lei das S.A., em todos os casos, por meio do Sistema Eletrônico e do Boletim de Voto à Distância (“BVD”).

O acionista que assim desejar participar e votar deverá observar atentamente o ora indicado, bem como as regras, os prazos, as orientações detalhadas, os procedimentos e as informações adicionais constantes da Proposta da Administração e do BVD.

Conforme disposto no art. 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia poderão requerer, até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia (isto é, até as 10h00 do dia 03 de junho de 2026), a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 141, § 1º, da Lei das S.A.

Adicionalmente, a Companhia destaca a importância de que eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, bem como que eventuais indicações de candidatos ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal sejam encaminhadas previamente à data da Assembleia, por escrito, acompanhadas do nome completo, qualificação e demais informações exigidas pela regulamentação aplicável e em conformidade com o disposto neste Manual. Trata-se de prática que visa assegurar maior previsibilidade, transparência e segurança no processo deliberativo, assegurando que a Companhia observe todos os seus deveres legais em relação a tais eleições.

Nos termos do art. 7º, §1º c/c o art. 13, §2º do estatuto social da Companhia, o exercício do direito de voto conferido às ações ordinárias de sua emissão está sujeito ao limite de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias, inclusive para as deliberações relativas ao voto múltiplo, à eleição em separado para os membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal por acionistas minoritários titulares de ações ordinárias. Tal limitação encontra respaldo no §1º do art. 110 da Lei das S.A., que autoriza o estatuto social a restringir o número de votos que cada acionista poderá exercer, com vistas à proteção do interesse social e à dispersão acionária.

1. Participação por meio do Sistema Eletrônico

Para participar e votar por meio de Sistema Eletrônico, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail assembleia@cedro.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia (isto é, até o dia 03 de junho de 2026), conforme previsto no art. 6º, §3º, da RCVM 81, e enviar à Companhia os documentos abaixo indicados:

- (a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da Assembleia;
- (b) caso o acionista deseje exercer a prerrogativa de eleição em separado de membros ao Conselho de Administração, na forma do §4º do art. 161 da Lei das S.A., deverá comprovar a titularidade ininterrupta da participação acionária mínima exigida durante o período de 3 (três) meses imediatamente anteriores à realização da Assembleia, nos termos do §6º do art. 141 da Lei das S.A.;
- (c) **pessoa física**: cópia simples de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável. Para esse fim, a Companhia acatará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade Civil (RG); (ii) Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) expedida pela Polícia Federal; (iii) Passaporte, dentro da validade; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira Nacional de Habilitação com foto, dentro da validade;
- (d) **procurador (exceto de fundo de investimento)**: cópia simples do instrumento de mandato, acompanhada dos documentos indicados no item “c” acima para a identificação do procurador; e
- (e) **representante legal da pessoa jurídica (exceto fundo de investimento)**: cópia simples dos atos constitutivos atualizados e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, não sendo obrigatório que o representante legal da pessoa jurídica seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. Para esse fim, a Companhia acatará o último estatuto social ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e os demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, conforme aplicável, todos acompanhados de comprovação de arquivamento no respectivo órgão de registro aplicável; e
- (f) **representante legal ou procurador de fundo de investimento**: o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação e regulamentação que lhe forem aplicáveis e observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar: (i) cópia simples do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (ii) cópia simples do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia simples do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento na forma do item “c” acima.

Na hipótese de representação por procuração (itens “d” e “f” acima), deverão ser observadas as seguintes formalidades: (i) a procuração deve ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do §7º, do art. 118, da Lei das S.A.), cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no art. 126, §1º, da Lei das S.A.; (ii) a procuração deverá ter sido outorgada por escrito e, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, deverá conter a indicação dos respectivos lugares onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

2. Participação à distância

Adicionalmente à participação por meio do Sistema Eletrônico, conforme descrito acima, em atendimento ao disposto nos art. 26 e seguintes da RCVM 81, a Companhia assegurará a seus acionistas a possibilidade de participação por meio do envio do BVD.

Conforme orientações abaixo, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços autorizados, ou (ii) preencher e enviar o presente BVD diretamente à Companhia.

2.1 Exercício de voto por meio de prestadores de serviços. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seu respectivo agente de custódia, escriturador ou ao depositário central nos quais as ações encontram-se depositadas, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, o acionista deve verificar junto a tais prestadores de serviço os procedimentos e prazos para transmissão das instruções de voto por meio do BVD, bem como eventuais documentos e informações por eles exigidos para tal finalidade e transmitir as instruções de voto à distância até 4 (quatro) dias antes da Assembleia (isto é, até o dia 01 de junho de 2026, inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por referidos prestadores de serviços, caso em que o respectivo prazo de recebimento deverá ser observado.

2.2 Envio do BVD diretamente à Companhia. O acionista que optar por exercer o voto a distância mediante o envio do **BVD** diretamente à Companhia deverá encaminhá-lo exclusivamente por meio eletrônico, em até 4 (quatro) dias antes da Assembleia (isto é, até o dia 01 de junho de 2026, inclusive), devidamente preenchido e formalizado e acompanhado da documentação descrita a partir do subitem “a” do item 1 acima.

3 Regras gerais para procurações, BVDs e demais documentos

Fica dispensado o reconhecimento das firmas de procurações e de BVDs assinados de próprio punho. Procurações, BVDs e outros documentos assinados ou emitidos fora do país, ainda que não se refiram a acionistas pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, estão dispensados de notariação, consularização ou apostilamento, conforme o caso, bem como de tradução juramentada para o português e de registro em cartório de títulos e documentos, bastando apenas a tradução livre. O acionista será responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

A Companhia aceitará procurações e BVDs que tenham sido digitalmente assinados por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, desde que todos os campos abaixo estejam devidamente preenchidos.

Estão à disposição dos acionistas, nos *websites* da Companhia (www.cedro.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), a Proposta da Administração contendo informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico e da votação à distância por meio do BVD, o modelo de BVD para a Assembleia em versão passível de impressão e preenchimento manual, bem como as informações relacionadas às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia.

O Departamento de Relações com Investidores da Companhia permanece à disposição dos acionistas para esclarecimentos adicionais por meio do e-mail ri@cedro.com.br e do telefone +55 (31) 3235-5224.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2026

Fabiano Soares Nogueira
Presidente do Conselho de Administração

II. MANUAL DE PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

1. Instalação da Assembleia

A Assembleia, a ser realizada de modo exclusivamente digital e à distância, nos termos do art. 5º, §2º, I, da RCVM 81, instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, com qualquer número de acionistas presentes.

2. Orientações para participação dos acionistas na Assembleia

A participação dos acionistas na Assembleia poderá ser pessoal, por representação legal de pessoa jurídica ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no art. 126 da Lei das S.A., em todos os casos, por meio do Sistema Eletrônico e do Boletim de Voto à Distância (“BVD”).

Ressalvadas as exceções previstas em lei ou no estatuto social da Companhia, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e nulos.

Nos termos do art. 7º, §1º c/c o art. 13, §2º do estatuto social da Companhia, o exercício do direito de voto conferido às ações ordinárias de sua emissão está sujeito ao limite de 5% (cinco por cento) do total de ações ordinárias. Tal limitação encontra respaldo no §1º do art. 110 da Lei das S.A., que autoriza o estatuto social a restringir o número de votos de cada acionista, com vistas à proteção do interesse social e à dispersão acionária.

Não obstante, em conformidade com a orientação da Superintendência de Relações com Empresas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, contida no Ofício nº 137/2026/CVM/SEP/GEA-4, respaldada pelo Parecer Técnico nº 56/2026-CVM/SEP-GEA-4, da Procuradoria Federal Especializada, a Companhia informa que a limitação de voto o disposto no art. 7º, §1º do seu estatuto social não será aplicável nem a eleições por votação em separado ou nem a eleição por meio do voto múltiplo. Para maior clareza, transcreve-se a seguir a conclusão do ofício sobre o tema que foi encaminhado à Companhia pela CVM:

*2. A respeito, informamos que, após análise do assunto pela Superintendência de Relações com Empresas e consulta à Procuradoria Federal Especializada da CVM (...), **concluiu-se pela não incidência do §1º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia sobre a eleição por voto múltiplo e a eleição em separado (...).** [Grifo nosso]*

Conforme disposto no art. 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia poderão requerer, até o dia 03 de junho de 2026, às 10h00, a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 141, § 1º, da Lei das S.A.

Caso o acionista opte por solicitar a inclusão de candidato no BVD, a solicitação deverá ser encaminhada à Companhia com antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias da data da Assembleia, nos termos do art. 37, I, da RCVM 81, observado o percentual mínimo de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da espécie ou classe de ações correspondente.

Não obstante o prazo máximo para o acionista pedir a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros ao Conselho de Administração, de até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da Assembleia (i.e. até as 10h00 do dia 03 de junho de 2026), a Companhia destaca a importância de que eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com a maior antecedência possível.

Em atenção ao disposto nos arts. 147 e 162 da Lei das S.A. c/c no art. 3º do Anexo K da RCVM 80, a Companhia solicita que o acionista apresente, juntamente com a indicação de um candidato, cópia do instrumento de declaração que confirme que o candidato indicado, entre outros, (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei das S.A.; (b) não está condenado a pena de suspensão

ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei das S.A.; (c) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei S.A.; e (d) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das S.A..

Para fins de esclarecimento, presume-se ter interesse conflitante com o da Companhia a pessoa que, cumulativamente (1) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito membro da administração de sociedade concorrente; e (2) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.

Os modelos de declarações a ser firmadas por candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal encontram-se anexos à presente Proposta da Administração como **Anexo I**.

Da mesma forma, a Companhia solicita que eventuais indicações de candidatos ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal, além de observarem as regras e condições de elegibilidade relativas aos respectivos cargos, sejam encaminhadas previamente à data da Assembleia, por escrito, acompanhadas das informações exigidas pela legislação e regulamentação aplicáveis, como nome completo e qualificação, incluindo as seguintes que podem ser relevantes para a deliberação dos acionistas, conforme aplicável: (i) identificação de parentesco com acionistas ou administradores da Companhia, (ii) identificação de atuação, direta ou indireta, em sociedades concorrentes com a Companhia, ou grupos de sociedades dos quais façam parte sociedades concorrentes com a Companhia, incluindo vínculos contratuais ou estatutários de tais candidatos em tais sociedades ou grupos de sociedades; e (iii) divulgação sobre eventuais situações que possam representar situações de interesse conflitante com a Companhia.

2.1 Participação por meio de Sistema Eletrônico

Para participar e votar, por meio de Sistema Eletrônico, o acionista deverá enviar solicitação à Companhia para o endereço de e-mail assembleia@cedro.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia (isto é, até o dia 03 de junho de 2026), conforme previsto no art. 6º, §3º, da RCV 81, e enviar à Companhia os documentos indicados na presente Proposta da Administração, inclusive conforme detalhado no item 2.1.1 abaixo.

Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores acionistas que manifestarem seu interesse em participar na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico e que, após a análise e eventual complementação dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da Assembleia, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do Sistema Eletrônico pelo acionista, **sendo que tais regras e procedimentos recebidos pelo acionista deverão ser consideradas de caráter pessoal e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização.**

Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento e os documentos necessários no prazo e condições estipulados, bem como aqueles que não atenderem às solicitações de complementação de documentos e esclarecimentos, não poderão participar digitalmente da Assembleia.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções e o *link* necessários para participação do acionista por meio do Sistema Eletrônico somente aos acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas nesta Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação.

O acionista que já tiver enviado o BVD também poderá se cadastrar para participar da Assembleia por meio do Sistema Eletrônico, desde que o faça de acordo com as orientações (em especial, com observância dos prazos e apresentação dos documentos) ora indicadas, hipótese em que tal acionista poderá: (i) apenas acompanhar os trabalhos da Assembleia; ou (ii) participar e manifestar seus votos por meio do Sistema Eletrônico, situação em que serão desconsideradas todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD enviado anteriormente por tal acionista.

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da Assembleia até às 14h00 horas do dia 04 de junho de 2026, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (31) 98799-0199 e, em qualquer cenário, antes das 08h00 horas do dia 05 de junho de 2026, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso.

A participação por meio do Sistema Eletrônico conjugará áudio e vídeo/imagem, sendo que os acionistas que optarem por participar dessa forma deverão manter a câmera do seu computador ou do seu dispositivo móvel, conforme o caso, ligada durante o curso da Assembleia, com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, sendo que, salvo se requeridos por um representante da Companhia, por qualquer motivo, a desligar sua funcionalidade de vídeo, os acionistas presentes deverão manter as suas câmeras em funcionamento durante todo o curso da Assembleia. Os acionistas presentes deverão, ainda, em benefício da qualidade do som, manter os seus microfones desligados, acionando-os somente quando precisarem se manifestar oralmente. Caso haja dificuldades na comunicação do acionista por áudio, será aceita a manifestação de voto contrário ou de abstenção por meio do *chat*.

A Assembleia será integralmente gravada, destacando-se, contudo, ser vedada a gravação ou transmissão, ainda que de forma parcial, pelos acionistas. No entanto, os acionistas presentes, desde já, autorizam a utilização, pela Companhia, de quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para: (i) registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; (ii) registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; (iii) registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas presentes; (iv) cumprimento de ordem legal de autoridades competentes; e (v) defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

A Companhia recomenda, ainda, aos acionistas que pretendam solicitar sua participação na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico que se familiarizem previamente com o uso do Sistema Eletrônico, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização do Sistema Eletrônico (por vídeo e áudio). A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem o Sistema Eletrônico com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da Assembleia, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dele se utilizem.

Em caso de dúvidas de acesso ou sobre o uso do Sistema Eletrônico pelos senhores acionistas que desejarem participar da Assembleia, a Companhia se coloca à disposição para auxiliá-los, de modo a facilitar ao máximo a participação na Assembleia, por meio do e-mail e do telefone que serão disponibilizados pela Companhia em conjunto com as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo acionista. No entanto, **a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (como, por exemplo, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do seu equipamento com o Sistema Eletrônico).**

O acionista participante que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à ordem do dia da Assembleia deve utilizar os canais usuais de contato com a Companhia, por meio da área de Relações com Investidores.

Por fim, nos termos do art. 47, *caput*, II e III, da RCMV 81, considerando se tratar de assembleia exclusivamente digital e à distância, será considerado como presente na Assembleia o acionista: (i) cujo BVD tenha sido considerado válido pela Companhia; ou (ii) que tenha registrado sua presença no Sistema Eletrônico.

2.1.1. Documentação

Para participação na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico, os acionistas deverão apresentar os documentos abaixo indicados:

- (a) **comprovante** expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da Assembleia;
- (b) caso o acionista deseje exercer a prerrogativa de eleição em separado de membros ao Conselho de Administração, na forma do §4º do art. 161 da Lei das S.A., deverá comprovar a titularidade ininterrupta da participação acionária mínima exigida durante o período de 3 (três) meses imediatamente anteriores à realização da Assembleia, nos termos do §6º do art. 141 da Lei das S.A.;
- (c) **pessoa física**: cópia simples de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável. Para esse fim, a Companhia acatará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade Civil (RG); (ii) Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) expedida pela Polícia Federal; (iii) Passaporte, dentro da validade; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira Nacional de Habilitação com foto, dentro da validade;
- (d) **procurador (exceto de fundo de investimento)**: cópia simples do instrumento de mandato, acompanhada dos documentos indicados no item “c” acima para a identificação do procurador;
- (e) **representante legal da pessoa jurídica (exceto fundo de investimento)**: cópia simples dos atos constitutivos atualizados e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, não sendo obrigatório que o representante legal da pessoa jurídica seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. Para esse fim, a Companhia acatará o último estatuto social ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e os demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, conforme aplicável, todos acompanhados de comprovação de arquivamento no respectivo órgão de registro aplicável; e
- (f) **representante legal ou procurador de fundo de investimento**: o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação e regulamentação que lhe forem aplicáveis e observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar: (i) cópia simples do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (ii) cópia simples do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia simples do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento na forma do item “c” acima.

Na hipótese de representação por procuração (itens “d” e “f” acima), deverão ser observadas as seguintes formalidades: (i) a procuração deve ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do §7º, do art. 118, da Lei das S.A.), cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no art. 126, §1º, da Lei das S.A.; (ii) a procuração deverá ter sido outorgada por escrito e, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, deverá conter a indicação dos respectivos lugares onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

A Companhia não condicionará o exercício de direitos pelo acionista na Assembleia à apresentação de documentos para comprovação de circunstâncias relacionadas à titularidade das ações que possam ser objetivamente verificadas com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia, inclusive aqueles que lhes tenham sido transmitidos pelo depositário central e pelo escriturador.

2.2. Participação à distância

Adicionalmente à participação por meio do Sistema Eletrônico, conforme descrito acima, em atendimento ao disposto nos art. 26 e seguintes da RCVM 81, a Companhia assegurará a seus acionistas a possibilidade de participação por meio do envio do BVD.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio do BVD, cujo modelo está à disposição dos acionistas nos *websites* da Companhia (www.cedro.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Neste sentido, o acionista deve: (i) obter o BVD para preenchimento prévio nos *websites* acima indicados, para impressão e preenchimento prévios, observadas as instruções para preenchimento indicadas abaixo; e (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços autorizados ou preencher e enviar o presente BVD diretamente à Companhia.

Além disso, para que o BVD seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia, é imprescindível que (a) os campos do BVD deverão estar devidamente preenchidos; e (b) o BVD deverá ser rubricado nas páginas intermediárias, quando aplicável, e assinado, ao final, pelo acionista ou pelo seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente.

2.2.1. Mediante envio do BVD preenchido e assinado diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do BVD diretamente à Companhia deverá encaminhá-lo exclusivamente por meio eletrônico, em até 4 (quatro) dias antes da Assembleia (isto é, até o dia 01 de junho de 2026, inclusive), devidamente preenchido e formalizado e acompanhado da documentação descrita a partir do subitem “a” do item 2.1.1 acima.

Conforme disposto no art. 46 da RCVM 81, em até 3 (três) dias da data em que for verificado o recebimento de referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço indicado em referido BVD: (a) o recebimento do BVD com documentos suficientes para que o voto seja válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do BVD ou dos documentos que o acompanham, descrevendo, desde que haja tempo hábil, os procedimentos e prazos necessários à regularização de referido BVD.

Conforme o art. 46, § único da RCVM 81, o acionista pode retificar ou reenviar os BVDs ou os documentos que os acompanham, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia, acima indicado. Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que os respectivos BVDs e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de envio indicadas acima.

2.2.2. Mediante instruções de voto transmitidas a prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seu respectivo agente de custódia, escriturador ou ao depositário central nos quais as ações encontram-se depositadas, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, o acionista deve verificar junto a tais prestadores de serviço os procedimentos e prazos para transmissão das instruções de voto por meio do BVD, bem como eventuais documentos e informações por eles exigidos para tal finalidade e transmitir as instruções de voto à distância até 4 (quatro) dias antes da Assembleia (isto é, até o dia 01 de junho de 2026, inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por referidos prestadores de serviços, caso em que o respectivo prazo de recebimento deverá ser observado.

Os agentes de custódia, o Escriturador e a Central Depositária da B3, conforme o caso, verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia, no momento da realização da Assembleia, depois do recebimento das informações dos prestadores de serviços de custódia, de escrituração e depositário central.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é facultativo para os prestadores de serviços, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

2.3. Regras gerais para procurações, BVDs e demais documentos

Fica dispensado o reconhecimento das firmas de procurações e de BVDs assinados de próprio punho. Procurações, BVDs e outros documentos assinados ou emitidos fora do país, ainda que não se refiram a acionistas pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, estão dispensados de notariação, consularização ou apostilamento, conforme o caso, bem como de tradução juramentada para o português e de registro em cartório de títulos e documentos, bastando apenas a tradução livre. Destaca-se novamente ficar o acionista será responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

A Companhia aceitará procurações e BVDs que tenham sido digitalmente assinados por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, desde que todos os campos abaixo estejam devidamente preenchidos.

2.4 Considerações adicionais

A Companhia, ressalta, ainda, que:

- (i) caso se verifique a existência de divergências entre o BVD recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente da Central Depositária da B3 ou do Escriturador para um mesmo número de CNPJ ou CPF, a instrução de voto da Central Depositária da B3 prevalecerá, conforme previsto na RCVM 81;
- (ii) conforme disposto no art. 44 da RCVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes, em relação a qualquer deliberação, que tenham sido emitidas pelo mesmo número de CNPJ ou CPF;
- (iii) durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação a distância, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia, de forma digital ou por meio de procuração, mediante solicitação, expressa, de desconsideração das instruções de voto enviadas via BVD, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação;
- (iv) conforme disposto no art. 49 da RCVM 81, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia ou caso seja necessária à sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente estipulada para sua realização e o conteúdo do BVD não tenha sido alterado; e
- (v) nos termos do art. 28, §º 2º, da RCVM 81, a Companhia dá aos acionistas as seguintes alternativas: (a) apenas acompanhar a Assembleia, tendo ou não enviado BVD; e (b) participar e votar na Assembleia, observando-se, como acima mencionado, quanto ao acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD para aquele acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ, devem ser desconsideradas pela mesa, nos termos do art. 48, §5º, II, da RCVM 81.

III. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA

1. Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato.

Nos termos do art. 21 do estatuto social, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo 5 (cinco) membros e no máximo 9 (nove) membros, eleitos pela assembleia geral e com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

A Administração da Companhia propõe que os senhores acionistas votem favoravelmente à fixação em 5 (cinco) do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato, o qual pode ser acrescido de até 2 (dois) membros em função de eleições em separado pelos acionistas não controladores, na forma do art. 141, §§4º e 5º da Lei das S.A.

2. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Conforme previsto no art. 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 (“RCVM 70”), acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do caput do art. 141 da Lei das S.A.

Adicionalmente, os acionistas poderão eleger membro do Conselho de Administração por meio de votação em separado, nas hipóteses previstas no §4º do art. 141 da Lei das S.A., desde que atendidos os seguintes quóruns mínimos: (i) 15% (quinze por cento) das ações ordinárias com direito a voto; ou (ii) 10% (dez por cento) do capital social representado por ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito. Caso nenhum desses quóruns seja individualmente alcançado, será facultado aos titulares de ações ordinárias e preferenciais agregarem suas participações para a eleição, em conjunto, de 1 (um) membro, desde que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, nos termos do §5º do mesmo artigo.

Em conformidade com a orientação da Superintendência de Relações com Empresas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, contida no Ofício nº 137/2026/CVM/SEP/GEA-4, respaldada pelo Parecer Técnico nº 56/2026-CVM/SEP-GEA-4, da Procuradoria Federal Especializada, a Companhia informa que a limitação de voto o disposto no art. 7º, §1º do seu estatuto social não será aplicável nem a eleições por votação em separado ou nem a eleição por meio do voto múltiplo. Para maior clareza, transcreve-se a seguir a conclusão do ofício sobre o tema que foi encaminhado à Companhia pela CVM:

*2. A respeito, informamos que, após análise do assunto pela Superintendência de Relações com Empresas e consulta à Procuradoria Federal Especializada da CVM (...), **concluiu-se pela não incidência do §1º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia sobre a eleição por voto múltiplo e a eleição em separado (...).** [Grifo nosso]*

Nos termos do §6º do art. 141 da Lei das S.A., somente poderão exercer as prerrogativas de eleição em separado os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária mínima exigida durante o período de 3 (três) meses imediatamente anteriores à realização da Assembleia.

A Administração propõe a eleição dos seguintes membros para o Conselho de Administração para mandato unificado de 2 (dois) anos, a encerrar-se na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026:

- (i) André Maurício Miranda;
- (ii) Fabiano Soares Nogueira;
- (iii) Renato Mascarenhas Alves; e
- (iv) Victor Mascarenhas de Freitas Borges.

O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente quanto ao atendimento dos critérios de elegibilidade dos candidatos ao Conselho de Administração indicados acima, tendo os candidatos a membros do

Conselho de Administração apresentou declarações em que atestaram estarem aptos a exercer os respectivos cargos, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei das S.A. e ao Anexo K da RCVM 80.

As informações exigidas pelo art. 11, I, da RCVM 81, sobre os candidatos integram a presente Proposta da Administração como **Anexo II**.

A Administração da Companhia propõe que os senhores acionistas votem favoravelmente à eleição dos candidatos ao Conselho de Administração que compõem a chapa acima.

As informações acerca do pedido de adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros ao Conselho de Administração constam do item II.2 do presente (Manual de Participação na Assembleia – Orientações para participação dos acionistas na Assembleia).

A Companhia reitera a importância de que eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros.

Além disso, a Administração solicita aos acionistas que observem o disposto no item II.2 do presente (Manual de Participação na Assembleia – Orientações para participação dos acionistas na Assembleia) de modo a permitir a verificação tempestiva dos requisitos de elegibilidade e a adequada condução dos trabalhos assembleares.

A Administração da Companhia apresenta abaixo cenários possíveis sobre o número de membros a serem eleitos em caso de eleição por chapa, de voto múltiplo e/ou voto em separado, considerando a proposta de um Conselho de Administração formado por 5 (cinco) membros, o qual pode ser acrescido de até 2 (dois) membros em função de eleições em separado pelos acionistas não controladores, na forma do art. 141, §§4º e 5º da Lei das S.A.

Para a elaboração dos cenários abaixo, a administração da Companhia considerou a atual distribuição do capital da Companhia, a presença de acionistas em assembleias gerais ordinárias verificada no seu histórico recente e a alocação de votos dos acionistas não controladores nos candidatos eventualmente indicados por eles que lhes possibilitam eleger o maior número de conselheiros.

Ainda, em conformidade com a conclusão apresentada pela Procuradoria Federal Especializada bem como pela Superintendência de Relações com Empresas, a Companhia informa que a limitação de voto o disposto no art. 7º, §1º do seu estatuto social não será aplicável nem à votação em separado ou nem à eleição por voto múltiplo. Para maior clareza, transcreve-se a seguir a conclusão do ofício sobre o tema que foi encaminhado à Companhia pela CVM:

*2. A respeito, informamos que, após análise do assunto pela Superintendência de Relações com Empresas e consulta à Procuradoria Federal Especializada da CVM (...), **concluiu-se pela não incidência do §1º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia sobre a eleição por voto múltiplo e a eleição em separado (...).** [Grifo nosso]*

Considerou-se, ainda, que: **em razão de decisão judicial que determinou o impedimento de exercício do direito de voto por determinado acionista, o número total de ações com direito a voto considerado para fins dos cálculos abaixo foi ajustado para excluir 1.150.532 (um milhão, cento e cinquenta mil, quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias e 1.462.800 (um milhão, quatrocentas e sessenta e duas mil e oitocentas) ações preferenciais detidas por esse acionista.**

Importante observar que os quantitativos acima indicados refletem exclusivamente os efeitos da referida decisão judicial e não refletem a limitação estatutária ao exercício do direito de voto por acionista individual, a qual será aplicada nos cenários de votação abaixo.

Com base nessas premissas, os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias não conseguiriam eleger em separado 1 (um) membro ao Conselho de Administração, com base no art. 141, §4º, I da Lei das S.A., uma vez que não conseguiriam perfazer 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto. Por esse motivo, essa possibilidade foi desconsiderada nos cenários abaixo.

Cenário 1: Eleição por chapa sem eleição em separado.

Caso a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorra por meio de votação em chapa, sem a realização de eleições em separado, os acionistas controladores elegeriam os 5 (cinco) membros ao órgão, sendo necessário, contudo, buscar uma indicação adicional de candidato a membro do conselho de administração no momento da eleição, uma vez que a administração da Companhia só sinalizou apoio a 4 (quatro) candidatos.

Cenário 2: Eleição por chapa com eleição em separado (art. 141, § 4º II e §5º, da Lei das S.A.).

Caso seja solicitada a eleição de conselheiro em separado no contexto de uma eleição de conselheiros por chapa, os acionistas controladores da Companhia elegeriam **4 (quatro)** membros para o órgão, enquanto os acionistas não controladores teriam a possibilidade de eleger **1 (um)** membro do Conselho de Administração em separado, na forma do art. 141, §4º II ou § 5º da Lei das S.A. Dessa forma, na hipótese de tal eleição ocorrer pelo voto de acionistas titulares **(i)** de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia representado por ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, tais acionistas elegeriam 1 (um) membro do Conselho de Administração; ou **(ii)** verificando-se que nem os titulares de ações com direito a voto e nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, os quóruns exigidos no art. 141, §4º I e II da Lei das S.A. (isto é, de 15% de ações ordinárias ou de 10% do capital social representado por ações preferenciais), eles poderiam agregar suas ações para elegerem, em conjunto, **1 (um)** membro do Conselho de Administração, contanto que representem 10% (dez por cento) do capital social, nos termos do art. 141, § 5º da Lei das S.A..

Cenário 3: Eleição por voto múltiplo sem eleição em separado (art. 141, caput, da Lei das S.A.).

Caso seja solicitada a eleição por voto múltiplo, sem a eleição em separado, os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias teriam a possibilidade de eleger **1 (um)** membro do Conselho de Administração por eleição pelo procedimento de voto múltiplo e os acionistas controladores elegeriam **4 (quatro)** membros do Conselho de Administração da Companhia.

Cenário 4: Eleição por voto múltiplo com eleição em separado apenas por titulares de ações preferenciais (art. 141, § 4º, II da Lei das S.A.).

Caso seja solicitada a eleição em separado por titulares de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia representado por ações preferenciais, bem como a eleição por voto múltiplo, os acionistas não controladores teriam a possibilidade de eleger até **1 (um)** membro do Conselho de Administração por meio de votação em separado, e os acionistas controladores elegeriam **4 (quatro)** membros do Conselho de Administração da Companhia.

Cenário 5: Eleição por voto múltiplo com eleição em separado por titulares de ações ordinárias e preferenciais em conjunto (art. 141, § 5º, da Lei das S.A.).

Caso seja solicitada a eleição em separado por titulares de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia representado por ações ordinárias e preferenciais, verificando-se que nem os titulares de ações com direito a voto e nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido na Lei das S.A., art. 141, § 4º, I e II (isto é, de 15% de ações ordinárias ou de 10% do capital social representado por ações preferenciais), e assumindo-se que os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias e preferenciais contribuíram cada grupo com ações representativas de 5% (cinco por cento) do capital social, os acionistas não controladores teriam a possibilidade de eleger **1 (um)** membro do Conselho de Administração por meio de votação em separado pelos titulares de ações ordinárias e preferenciais em conjunto, e os acionistas controladores elegeriam **4 (quatro)** membros do Conselho de Administração da Companhia.

A modificação das premissas adotadas poderá alterar os resultados projetados nos cenários acima.

Ressalte-se que, com relação aos Cenários 4 e 5, sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração ocorrer pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias e preferenciais exercerem

a prerrogativa de eleger conselheiro, será assegurado aos acionistas controladores o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, compoem o órgão, conforme o art. 141, § 7º, da Lei das S.A.

Por fim, na forma prevista no art. 7º, *caput* do Anexo K da RCVM 80, a qualidade de independente dos membros eleitos ao Conselho de Administração será objeto de deliberação pela Assembleia nos itens subsequentes da ordem do dia da Assembleia.

3. Instalação do Conselho Fiscal da Companhia

A instalação do Conselho Fiscal da Companhia foi aprovada pelos acionistas na AGO 2025. Naquela ocasião, a deliberação sobre a eleição dos membros foi retirada de pauta e, por essa razão, a administração da Companhia considerou adequado incluir na ordem do dia a instalação do Conselho Fiscal para já direcionar a eleição dos seus membros nos termos da Lei das S.A., razão pela qual a Companhia propõe que os senhores acionistas votem favoravelmente à instalação do Conselho Fiscal até a assembleia geral de acionistas da Companhia que deliberar acerca das contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026.

Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.

Nos termos do art. 161, §1, da Lei das S.A. e do art. 42, *caput*, do estatuto social da Companhia que o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela assembleia geral. Adicionalmente, nos termos do art. 161, §4º, da Lei das S.A., a composição final do Conselho Fiscal poderá variar conforme o exercício do direito de eleição em separado, da seguinte forma:

- (i) caso não sejam eleitos membros do conselho fiscal pelos acionistas não controladores em votação em separado, todos os membros do conselho fiscal serão eleitos pelos acionistas controladores;
- (ii) caso haja 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente eleito por acionistas não controladores titulares de ações ordinárias ou preferenciais, os demais 2 (dois) membros efetivos e respectivos suplentes serão eleitos pelos acionistas controladores; e
- (iii) caso haja 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente eleito por titulares de ações ordinárias e outro por titulares de ações preferenciais, o Conselho Fiscal será composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, sendo os 3 (três) remanescentes eleitos pelos acionistas controladores.

A Administração reforça a orientação para que acionistas não controladores que desejarem indicar e eleger membros do conselho fiscal observem o disposto no item II.2 do presente Manual de Participação na Assembleia – Orientações para participação dos acionistas na Assembleia de modo a permitir a verificação tempestiva dos requisitos de elegibilidade e a adequada condução dos trabalhos assembleares.

4. Revisão e fixação da remuneração anual global dos administradores e dos membros do conselho fiscal para o período 2026-2027.

Para o exercício de 2026 a administração propõe uma remuneração no valor anual de até **R\$7.305.040,91** (sete milhões, trezentos e cinco mil, quarenta reais e noventa e um centavos). Para o exercício de 2027 a administração propõe uma remuneração no valor anual de até **R\$7.771.034,52** (sete milhões, setecentos e setenta e um mil, trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Os valores acima têm como parâmetro de atualização anual o mesmo fator adotado na Convenção Coletiva utilizada para correção dos salários dos empregados, sem, entretanto, existir a obrigação ter a obrigação dispêndio do valor integral aprovado.

Além disso, se aprovada a eleição dos membros do Conselho Fiscal citada no item 3 acima, a Administração submete a V.Sas. a proposta da remuneração de cada um dos membros do Conselho Fiscal para o exercício a se

encerrar em 31 de dezembro de 2026, correspondente a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, nos termos do artigo 162, §3º, da Lei das S.A.

* * *

**ANEXO I – MODELOS DE DECLARAÇÕES A SER FIRMADAS POR CANDIDATOS AO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO E AO CONSELHO FISCAL**

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

[●], [nacionalidade], [estado civil e regime de bens, se casado(a)], [profissão], portador(a) da Carteira de Identidade RG nº [●], inscrito no CPF sob o nº [●], residente e domiciliado(a) na cidade de [●], estado de [●], [com endereço comercial] na [●], nº [●], [●] andar, [bairro], CEP [●], na qualidade de candidato a membro do Conselho de Administração da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual, entre outras matérias, deliberará sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”) que: (i) não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; (iii) atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e (iv) não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

[Cidade], [●] de [●] de 2026

[●]

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO
DO CONSELHO FISCAL**

[●], [nacionalidade], [estado civil e regime de bens, se casado(a)], [profissão], portador(a) da Carteira de Identidade RG nº [●], inscrito(a) no CPF sob o nº [●], residente e domiciliado(a) na cidade de [●], estado de [●], [com endereço comercial] na [●], nº [●], [●] andar, [bairro], CEP [●] na qualidade de candidato(a) a membro [efetivo/suplente de [●]] do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(v)** não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

[Cidade], [●] de [●] de 2026

[●]

INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR:

DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANDRÉ MAURÍCIO MIRANDA, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, Carteira de Identidade nº M-130.559 - SSP/MG, CPF nº 133.783.926-49, com endereço na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte (MG), CEP 30130-917, nascido aos 22/07/195, na qualidade de candidato a membro do Conselho de Administração da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual, entre outras matérias, deliberará sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”) que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

FABIANO SOARES NOGUEIRA, brasileiro, casado, Engenheiro, Carteira de Identidade nº M-506.400 - SSP/MG, CPF nº 163.134.296-72, com endereço na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte (MG), CEP 30130-917, nascido aos 10/11/1949, na qualidade de candidato a membro do Conselho de Administração da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual, entre outras matérias, deliberará sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”) que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

FABIANO SOARES NOGUEIRA

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

RENATO MASCARENHAS ALVES, brasileiro, casado, Advogado, Carteira de Identidade nº 58.720 – OAB/MG, CPF nº 692.633.706-30, com endereço na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte (MG), CEP 30130-917, nascido aos 17/07/1968, na qualidade de candidato a membro do Conselho de Administração da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual, entre outras matérias, deliberará sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”) que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

RENATO MASCARENHAS ALVES

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

VICTOR MASCARENHAS DE FREITAS BORGES, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, Carteira de Identidade nº M-319.143 – SSP/MG, CPF nº 221.708.396-15, com endereço na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte (MG), CEP 30130-917, nascido aos 25/10/1956, na qualidade de candidato a membro do Conselho de Administração da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual, entre outras matérias, deliberará sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”) que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

VICTOR MASCARENHAS DE FREITAS BORGES

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO EFETIVO
DO CONSELHO FISCAL**

ADAUTO ALVES RIBAS, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, Carteira de Identidade nº M 863,298 - SSP/MG, CPF nº 139.847.306-59, com endereço na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte (MG), CEP 30130-917, nascido aos 24/09/1949, na qualidade de candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal da CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, de modo exclusivamente digital e à distância, a qual, entre outras matérias, deliberará sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”) que: (i) não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; (iii) atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e (iv) não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

ADAUTO ALVES RIBAS

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO SUPLENTE
DO CONSELHO FISCAL**

ADAUTO LÚCIO DUTRA, brasileiro, Contador, inscrito no CRC/MG nº SP-181.228/T-0, CPF nº 446.388.846-87, residente e domiciliado em Belo Horizonte (MG), na Rua Paraíba, nº 966, sala 1102, Bairro Funcionários, CEP 30130-145, nascido aos 22/10/1962, na qualidade de candidato(a) a membro suplente do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.¹; e **(v)** não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

ADAUTO LÚCIO DUTRA

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO EFETIVO
DO CONSELHO FISCAL**

ALEXANDRE CARDOSO FREITAS, brasileiro, casado, em regime de comunhão parcial de bens, Contador, inscrito no CRC/MG nº 060.762/O-4, CPF nº 760.724.527-87, residente e domiciliado em Belo Horizonte (MG), na Rua Piauí, nº 1217, apto 401, Bairro Funcionários, CEP 30150-321, nascido em 09/04/1963, na qualidade de candidato(a) a membro efetivo do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.²; e **(v)** não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

ALEXANDRE CARDOSO FREITAS

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO SUPLENTE
DO CONSELHO FISCAL**

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO, brasileiro, casado, Contador, inscrito no CRC/MG nº 020498, CPF nº 104.437.896-49, residente e domiciliado em Belo Horizonte (MG), na Rua Gonçalves Dias, nº 2268, apto 301, Bairro Lourdes, CEP 30140-092, nascido aos 31/03/1950, na qualidade de candidato(a) a membro suplente do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.³; e **(v)** não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

NOURIVAL DE SOUZA RESENDE FILHO

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO SUPLENTE
DO CONSELHO FISCAL**

OTHNIEL GUIMARÃES COSTA, brasileiro, Casado, Contador, inscrito no CRC/MG nº 42.320, CPF nº 564.176.246-68, residente e domiciliado em Belo Horizonte (MG), na Rua São Joaquim, nº 138, apto 302, Bairro Sagrada Família, CEP 31035.470, nascido aos 03/06/1966, na qualidade de candidato(a) a membro suplente do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.⁴; e **(v)** não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

OTHNIEL GUIMARÃES COSTA

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO EFETIVO
DO CONSELHO FISCAL**

PAOLA BENATI SIGNORELLI, brasileira, viúva, Administradora, Carteira de Identidade nº MG 4.349.323 – SSP/MG, CPF nº 791.792.666-49, com endereço na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte (MG), CEP 30130-917, nascida aos 01/09/1968, na qualidade de candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de Junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual, entre outras matérias, deliberará sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”) que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2026.

PAOLA BENATI SIGNORELLI

ANEXO II – CANDIDATOS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM 7 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme art. 11, inciso I, da RCVM 81 c/c Anexo C da RCVM 80)

7.3. Composição e experiências profissionais dos candidatos ao Conselho de Administração

7.3.1 – INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR

Nome	André Maurício Miranda
Data de Nascimento	22/07/1952
Profissão	Administrador de Empresas
CPF ou Passaporte	133.783.926-49
Cargo eletivo a que concorre	Membro do Conselho de Administração
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/1994
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Administrador de Empresas. Membro do Conselho de Administração da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, desde 1994.
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: <i>(i) Condenação criminal;</i> <i>(ii) Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> <i>(iii) Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Fabiano Soares Nogueira
Data de Nascimento	10/11/1949
Profissão	Engenheiro Eletricista
CPF ou Passaporte	163.134.296-72
Cargo eletivo a que concorre	Membro do Conselho de Administração
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2017
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Bacharel em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Possui trajetória consolidada no setor têxtil e ampla experiência em governança corporativa, sendo desde 2010 Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.</p> <p>Admitido na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira em maio de 1977, tendo sido eleito diretor em 1980, cargo que exerceu até dezembro de 2016. Em março de 1986 passou a integrar o Conselho de Administração, no qual permaneceu até dezembro de 2013, tendo retornado ao mesmo cargo em janeiro de 2017, e sido eleito em abril do mesmo ano como Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupa até o momento. Também é, desde dezembro de 2016, membro do Comitê Executivo do Acordo de Acionistas da mesma Companhia.</p> <p>Na Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio, foi eleito diretor em abril de 1992, cargo que ocupou até dezembro de 2016. Atuou como membro do Conselho de Administração entre abril de 1992 e final de 2013, sendo novamente eleito em 2017, ocasião em que passou a ser Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupou até a incorporação dessa sociedade pela Companhia.</p> <p>Adicionalmente, foi Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado de Minas Gerais por dois mandatos consecutivos, de 2013 a 2019.</p> <p>Na FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais foi eleito em 24/05/2018 Diretor Consultivo Titular, membro do Conselho de Assuntos Legislativos, membro da Câmara da Indústria do Vestuário e Acessórios e também Presidente do Conselho de Política e Mercados Internacionais, cargos que exerceu até abril de 2022.</p> <p>Foi Conselheiro da ICC Brasil – International Chamber Of Commerce de 2019 a abril de 2022, representando a Fiemg.</p> <p>Foi eleito como Conselheiro da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil de por três períodos consecutivos: 2013 a 2022.</p>
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: (i) <i>Condenação criminal;</i> (ii) <i>Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final

<i>Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> <i>(iii) Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.
--	--

Nome	Renato Mascarenhas Alves
Data de Nascimento	17/07/1968
Profissão	Advogado
CPF ou Passaporte	692.633.706-30
Cargo eletivo a que concorre	Membro do Conselho de Administração
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2021
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG, 1992. Advogado inscrito na OAB/MG, 1992 (nº 58.720). Especialização em Direito de Empresa pelo Instituto de Educação Continuada da PUC/MG, 1996. Especialização em Direito da Empresa e da Economia pela Fundação Getúlio Vargas, 1997. Programa de Desenvolvimento de Conselheiros - PDC, da Fundação Dom Cabral, 2019.</p> <p>Possui mais de 30 anos de atuação profissional na área de Direito Empresarial, com destaque nas áreas Societária e de Fusões e Aquisições, Tributária, Ambiental, Minerária, de Infraestrutura e Construção. É sócio do escritório Melo Campos Advogados e, desde 2021, membro do Conselho de Administração da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira e foi membro do Conselho de Administração da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio.</p>
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: <i>(i) Condenação criminal;</i> <i>(ii) Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	<p>Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.</p>

Nome	Víctor Mascarenhas de Freitas Borges
Data de Nascimento	25/10/1956
Profissão	Administrador de Empresas
CPF ou Passaporte	221.708.396-15
Cargo eletivo a que concorre	Membro do Conselho de Administração
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	26/04/2013
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Administrador de Empresas, com Mestrado em Logística pela Cranfield University, Inglaterra (2000). Atuou como Auditor Independente na Teuhand Auditores Independentes (atualmente KPMG). Ingressou na Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira como chefe de Divisão de Produtos e Logística de Distribuição, Gerente e Supervisor de Grupo de Produtos. Em 2002, foi eleito como Diretor de Logística da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, da Cia. de Fiação e Tecidos Cedronorte e da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio e, entre 2008 e 2012, como Diretor Executivo de tais sociedades. Desde 2013, é membro do Conselho de Administração da Cedro e Cachoeira e, até a incorporação dessa sociedade pela Companhia, foi membro do Conselho de Administração da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio.
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: <i>(i) Condenação criminal;</i> <i>(ii) Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> <i>(iii) Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Adauto Alves Ribas
Data de Nascimento	24/09/1949
Profissão	Engenheiro Civil
CPF ou Passaporte	139.847.306-59
Cargo eletivo a que concorre	Membro do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Engenheiro Civil. Trabalhou por 25 anos na USIMINAS. Atualmente é Diretor do Clube do Cavalo de Curvelo, Diretor da AMCZ, Inspetor Chefe do CREA de Curvelo e Região; Membro da comissão de Leite da FAEMG, Presidente do Núcleo dos Criadores de Gado de Leite de Curvelo, Diretor Financeiro do Sicoob Crediminas e Membro do Conselho de Administração da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, e da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, de 2017 a 2026.
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: (i) <i>Condenação criminal;</i> (ii) <i>Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> (iii) <i>Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Adauto Lúcio S Dutra
Data de Nascimento	22/10/1962
Profissão	Contador
CPF ou Passaporte	446.388.846-87
Cargo eletivo a que concorre	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Contador, atualmente é Partner da StreamlinedXP e Membro da Comissão de Direito para Startups da OAB-MG. Experiência profissional com mais de 30 anos em consultoria tributária, societária e contábil. Especialista em planejamento tributário de grande escala envolvendo ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS nos setores de mineração, alimentos, serviços e indústria.
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: (i) <i>Condenação criminal;</i> (ii) <i>Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> (iii) <i>Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Alexandre Cardoso Freitas
Data de Nascimento	09/04/1963
Profissão	Contador
CPF ou Passaporte	760.724.527-87
Cargo eletivo a que concorre	Membro do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Contador, atualmente é Sócio Líder da RSM Auditores e Consultores e proprietário da ACF Consultoria Contábil e Tributária. de 30 anos em consultoria tributária, societária e contábil. Foi sócio de consultoria de Gestão de Risco da Deloitte. Possui experiência profissional de mais de 35 anos, com foco em Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) SEC e CVM, ampla atuação em serviços relacionados a Governança Corporativa, com foco em Gestão de Riscos.
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: (i) <i>Condenação criminal;</i> (ii) <i>Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> (iii) <i>Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Nourival de Souza Resende Filho
Data de Nascimento	31/03/1950
Profissão	Contador
CPF ou Passaporte	104.437.896-49
Cargo eletivo a que concorre	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Contador e Administrador, possui ampla experiência nas áreas de administração, finanças, custos, contabilidade, impostos, auditoria, conselhos e administração e fiscal. Foi professor universitários por 30 anos. Foi conselheiro e presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade e Administração de MG. Atualmente é proprietário da Noumar Consultoria Empresarial e Contábil Ltda e ocupa a Contadoria Geral do Município de Belo Horizonte, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças.
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: (i) <i>Condenação criminal;</i> (ii) <i>Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> (i) <i>Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Othniel Guimaraes Costa
Data de Nascimento	03/06/1966
Profissão	Contador
CPF ou Passaporte	564.176.246-68
Cargo eletivo a que concorre	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Contador, profissional com 40 anos de experiência nos processos contábeis e fiscais de empresas dos mais variados segmentos, responsável ainda pela implantação de controles internos, orçamentos e sistemas integrados. Coordenação dos trabalhos de auditoria interna e acompanhamento da auditoria interna. Implantação e elaboração de reports para a alta administração. Atua como docente há 24 anos na Universidade Fumec. Membro do conselho fiscal da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio de 2019 a 2024. Controler do Grupo Omnibus e Conartes Engenharia.
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: (i) <i>Condenação criminal;</i> (ii) <i>Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> (iii) <i>Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Nome	Paola Benati Signorelli
Data de Nascimento	01/09/1968
Profissão	Administradora de Empresas
CPF ou Passaporte	791.792.666-49
Cargo eletivo a que concorre	Membro do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionista controlador
Membro Independente	Não
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não aplicável. Primeiro mandato.
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Bacharel em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pela Faculdade de Ciências Gerencial – UNA, em Belo Horizonte/MG. Possui experiência na gestão de compras nacionais, importação e exportação, com atuação junto a despachantes aduaneiros e transportadores juntos aos órgãos reguladores. Possui atuação estratégica na coordenação de logística integrada de equipamentos. Atualmente, é sócia da DF Imobiliária Ltda. e, desde 2025 até a incorporação dessa sociedade pela Companhia, foi membro do conselho de administração da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio.
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: <i>(iii) Condenação criminal;</i> <i>(iv) Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> <i>(v) Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável, uma vez que não integra a ordem do dia da Assembleia a eleição de membros para quaisquer comitês estatutários ou não estatutários, tais como comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Nome do Administrador	CPF do administrador	Cargo do administrador	Empresa à qual o administrador está vinculado	Nome da pessoa relacionada	CPF da pessoa relacionada	Cargo da pessoa relacionada	Empresa à qual a pessoa relacionada está vinculada	Relação
Victor Mascarenhas de Freitas Borges	221.708.396-15	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/001-00)	André Maurício Miranda	133.783.926-49	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/0001-00)	Cunhado (2º grau por afinidade)
André Maurício Miranda	133.783.926-49	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/001-00)	Victor Mascarenhas de Freitas Borges	221.708.396-15	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/0001-00)	Cunhado (2º grau por afinidade)
Victor Mascarenhas de Freitas Borges	221.708.396-15	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/001-00)	Fabiano Soares Nogueira	163.134.296-72	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/0001-00)	Ex-Cunhado (2º grau por afinidade)
Fabiano Soares Nogueira	163.134.296-72	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/001-00)	Victor Mascarenhas de Freitas Borges	221.708.396-15	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/0001-00)	Ex-Cunhado (2º grau por afinidade)
Fábio Mascarenhas Alves	531.493.606-25	Diretor	Cedro (CNPJ: 17.245.234/001-00)	Renato Mascarenhas Alves	692.633.706-30	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/0001-00)	Irmão (1º grau por consanguinidade)
Renato Mascarenhas Alves	692.633.706-30	Membro do Conselho	Cedro (CNPJ: 17.245.234/001-00)	Fábio Mascarenhas Alves	531.493.606-25	Diretor	Cedro (CNPJ: 17.245.234/0001-00)	Irmão (1º grau por consanguinidade)

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Nos exercícios anteriores à incorporação da sociedade controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio, pela Companhia, aprovada em 30/09/2025], a relação existente era a descrita abaixo.

<u>Administrador do emissor</u>	
- Nome do administrador do emissor	ADAUTO ALVES RIBAS
- Tipo de pessoa	Pessoa física
- Nacionalidade	Brasileiro
- CPF	139.847.306-59
- Passaporte	N/A
- Cargo ou função do administrador	Membro do Conselho de Administração
<u>Pessoa Relacionada</u>	
- Tipo de pessoa	Pessoa jurídica

- Denominação social	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio
- CNPJ	25.582.727/0002-36
- Nacionalidade	Brasil
- Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
- Tipo de relação do administrador do emissor com a pessoa relacionada	Prestação de serviços
- Tipo de pessoa relacionada	Controlada Direta
- Observação	Esclarece-se que, nos últimos 3 exercícios sociais e até a incorporação da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio pela Companhia, o vínculo mantido pelo administrador com a Pessoa Relacionada decorria tanto da prestação de serviços quanto do exercício de controle indireto, em razão da condição de acionista integrante do bloco de controle da Companhia.

<u>Administrador do emissor</u>	
- Nome do administrador do emissor	ANDRÉ MAURÍCIO MIRANDA
- Tipo de pessoa	Pessoa física
- Nacionalidade	Brasileiro
- CPF	133.783.926-49
- Passaporte	N/A
- Cargo ou função do administrador	Vice Presidente do Conselho de Administração
<u>Pessoa Relacionada</u>	
- Tipo de pessoa	Pessoa jurídica
- Denominação social	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio
- CNPJ	25.582.727/0002-36
- Nacionalidade	Brasil
- Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Vice Presidente do Conselho de Administração
- Tipo de relação do administrador do emissor com a pessoa relacionada	Prestação de serviços
- Tipo de pessoa relacionada	Controlada Direta
- Observação	Esclarece-se que, nos últimos 3 exercícios sociais e até a incorporação da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio pela Companhia, o vínculo mantido pelo administrador com a Pessoa Relacionada decorria tanto da prestação de serviços quanto do exercício de controle indireto, em razão da condição de acionista integrante do bloco de controle da Companhia.

<u>Administrador do emissor</u>	
- Nome do administrador do emissor	FABIANO SOARES NOGUEIRA
- Tipo de pessoa	Pessoa física
- Nacionalidade	Brasileiro
- CPF	163.134.296-72
- Passaporte	N/A
- Cargo ou função do administrador	Presidente do Conselho de Administração
<u>Pessoa Relacionada</u>	
- Tipo de pessoa	Pessoa jurídica
- Denominação social	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio
- CNPJ	25.582.727/0002-36
- Nacionalidade	Brasil
- Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Presidente do Conselho de Administração

- Tipo de relação do administrador do emissor com a pessoa relacionada	Prestação de serviços
- Tipo de pessoa relacionada	Controlada Direta
- Observação	Esclarece-se que, nos últimos 3 exercícios sociais e até a incorporação da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio pela Companhia, o vínculo mantido pelo administrador com a Pessoa Relacionada decorria tanto da prestação de serviços quanto do exercício de controle indireto, em razão da condição de acionista integrante do bloco de controle da Companhia.

<u>Administrador do emissor</u>	
- Nome do administrador do emissor	PAOLA BENATI SIGNORELLI
- Tipo de pessoa	Pessoa física
- Nacionalidade	Brasileira
- CPF	791.792.666-49
- Passaporte	N/A
- Cargo ou função do administrador	Membro do Conselho de Administração (candidata ao conselho fiscal).
<u>Pessoa Relacionada</u>	
- Tipo de pessoa	Pessoa jurídica
- Denominação social	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio
- CNPJ	25.582.727/0002-36
- Nacionalidade	Brasil
- Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
- Tipo de relação do administrador do emissor com a pessoa relacionada	Prestação de serviços
- Tipo de pessoa relacionada	Controlada Direta
- Observação	Esclarece-se que, nos últimos 3 exercícios sociais e até a incorporação da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio pela Companhia, o vínculo mantido pela administradora com a Pessoa Relacionada decorria tanto da prestação de serviços quanto do exercício de controle indireto, em razão da condição de acionista de integrante do bloco de controle da Companhia.

<u>Administrador do emissor</u>	
- Nome do administrador do emissor	RENATO MASCARENHAS ALVES
- Tipo de pessoa	Pessoa física
- Nacionalidade	Brasileiro
- CPF	692.633.706-30
- Passaporte	N/A
- Cargo ou função do administrador	Membro do Conselho de Administração
<u>Pessoa Relacionada</u>	
- Tipo de pessoa	Pessoa jurídica
- Denominação social	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio
- CNPJ	25.582.727/0002-36
- Nacionalidade	Brasil
- Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
- Tipo de relação do administrador do emissor com a pessoa relacionada	Prestação de serviços
- Tipo de pessoa relacionada	Controlada Direta
- Observação	Esclarece-se que, nos últimos 3 exercícios sociais e até a incorporação da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio pela Companhia, o vínculo mantido pelo administrador com a

	Pessoa Relacionada decorria tanto da prestação de serviços quanto do exercício de controle indireto, em razão da condição de acionista de integrante do bloco de controle da Companhia.
--	---

<u>Administrador do emissor</u>	
- Nome do administrador do emissor	VICTOR MASCARENHAS DE FREITAS BORGES
- Tipo de pessoa	Pessoa física
- Nacionalidade	Brasileiro
- CPF	221.708.396-15
- Passaporte	N/A
- Cargo ou função do administrador	Membro do Conselho de Administração
<u>Pessoa Relacionada</u>	
- Tipo de pessoa	Pessoa jurídica
- Denominação social	Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio
- CNPJ	25.582.727/0002-36
- Nacionalidade	Brasil
- Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
- Tipo de relação do administrador do emissor com a pessoa relacionada	Prestação de serviços
- Tipo de pessoa relacionada	Controlada Direta
- Observação	Esclarece-se que, nos últimos 3 exercícios sociais e até a incorporação da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio pela Companhia, o vínculo mantido pelo administrador com a Pessoa Relacionada decorria tanto da prestação de serviços quanto do exercício de controle indireto, em razão da condição de acionista integrante do bloco de controle da Companhia.

ANEXO III – INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO

1. Política ou prática de remuneração da administração:

a. Objetivos da política de remuneração

A política de remuneração da alta administração da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira é o conjunto de princípios e diretrizes que refletem a orientação da empresa e suas coligadas quanto à remuneração dos membros do seu Conselho de Administração, do seu Conselho Fiscal e da sua Diretoria.

A política define os critérios de remuneração dos membros da alta administração da Cedro, considerando parcelas fixas, variáveis e benefícios, assim como periodicidades, condicionantes e critérios de reajustes coletivos e individuais.

b. Composição da remuneração

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração da alta administração da Cedro é composta pelos elementos Remuneração Fixa, Remuneração Variável e Benefícios. O elemento Remuneração Fixa de cada membro da alta administração é composto por pelo menos um dos seguintes itens:

- Honorários de Presidente do Conselho – parcela mensal da remuneração fixa devida ao membro do Conselho de Administração nomeado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.
- Honorários de Membro do Conselho – parcela mensal da remuneração fixa devida aos membros do Conselho de Administração.
- Honorários de Membro do Conselho Fiscal – parcela mensal da remuneração fixa devida aos membros do Conselho Fiscal. O suplente só terá remuneração em caso de substituição permanente do membro efetivo.
- Honorários do Diretor Presidente – parcela mensal da remuneração fixa devida ao membro da Diretoria nomeado para o cargo de Diretor Presidente.
- Honorários do Diretor – parcela mensal da remuneração fixa devida ao(s) membro(s) da Diretoria nomeado(s) para o cargo de Diretor.
- Adicional de Vice-presidente do Conselho – parcela mensal da remuneração fixa devida ao(s) membro(s) do Conselho de Administração nomeado(s) para o cargo de Vice-presidente do Conselho de Administração.
- Adicional de Participação em Comitê – parcela mensal da remuneração fixa devida ao(s) membro(s) do Conselho de Administração nomeado(s) para um ou mais comitês do Conselho de Administração. O pagamento deste adicional, por conselheiro, está limitado a uma vez o seu valor, independentemente do número de comitês em que o conselheiro em questão atue.
- Verba de Representação – parcela mensal da remuneração fixa devida ao membro da Diretoria nomeado para o cargo de Diretor Presidente.

O elemento Remuneração Variável aplica-se aos membros do Conselho de Administração e Diretoria, sendo composto pelo item “participação dos administradores nos resultados”.

O elemento Benefícios aplica-se apenas aos membros da Diretoria, sendo composto pelos seguintes itens “plano de saúde” e “seguro de vida”.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total prevista

Proporção dos elementos na composição da remuneração total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa	100,00%	100,00%	55,90%
Remuneração variável (target)	0,00%	0,00%	39,20%
Benefícios	0,00%	0,00%	4,90%
Remuneração total	100,00%	100,00%	100,00%

Observações: 1) Conforme política de remuneração da alta administração
2) Benefícios com base em valor de mercado.
3) Remuneração do conselho fiscal – 10% da média da remuneração fixa da Diretoria Estatutária.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa de cada membro da alta administração é definida a partir de um percentual do Honorário-Base, valor de referência utilizado para estabelecer o valor total da remuneração fixa praticada pelo mercado para executivos que ocupem cargos equivalentes ao nível do Diretor da Cedro, conforme descrito na tabela abaixo:

A remuneração fixa dos membros da alta administração da Cedro é reajustada anualmente de acordo com os índices de reajuste acordados com os sindicatos dos trabalhadores.

Os valores dos benefícios seguem os padrões de mercado, levando em consideração as características do setor de atividade da Cedro e as implicações geográficas das suas operações.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da companhia é estabelecida de forma a alinhar os patamares de competitividade dos cargos e promover a justa remuneração de seus administradores, levando em consideração as características do setor de atividade da Cedro e as implicações geográficas das suas operações.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A avaliação dos executivos, para fins da remuneração variável, é feita a partir de um conjunto de 12 metas estabelecidas em função do orçamento anual da empresa, em linha com os indicadores estratégicos priorizados pela empresa, conforme relacionado na tabela abaixo:

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A partir do conjunto de indicadores de desempenho, compete ao Comitê de Remuneração estabelecer o peso relativo de cada meta na avaliação global de cada membro da Alta Administração. O conjunto dos resultados define assim o valor da remuneração variável.

e. Como a política de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento da política de remuneração aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo é garantido da seguinte forma:

- Compete ao Comitê de Remuneração a responsabilidade pela elaboração do conteúdo da política de remuneração da empresa, valendo-se para este fim, caso julgue necessário e conveniente, da utilização de recursos especializados, internos e/ou externos.
- Compete ao Conselho de Administração aprovar os princípios e diretrizes contidos na política de

remuneração da empresa, bem como orientar o Comitê de Remuneração quanto às alterações no seu conteúdo que se mostrem necessárias.

- Compete à Diretoria implementar os princípios e diretrizes contidos nesta Política.

Além disso, a política é considerada válida por um período de três anos, contados a partir da sua data de aprovação pelo Conselho de Administração, cabendo ao Comitê de Remuneração a responsabilidade de promover a revisão dos seus princípios e diretrizes em intervalos máximos de três anos, ainda que apenas para revalidação, e, excepcionalmente, sempre que for necessário.

Por fim, também é atribuído do Comitê de Remuneração a responsabilidade de acompanhar o cumprimento pela Diretoria dos princípios e diretrizes estabelecidos pela política de remuneração, valendo-se, caso julgue necessário e conveniente, da utilização de recursos internos e/ou externos especializados para este fim.

f. Existência de qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria têm parte da sua remuneração suportada pela controlada Cia de Fiação e Tecidos Santo Antônio.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

2. Remuneração total por Órgão - conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Conselho de Administração Valores anuais em R\$	Prevista 2026	Reconhecida no resultado		
		2025	2024	2023
Nº de membros	5	7	7	8
Remuneração fixa anual	1.234.126,64	867.663,44	662.071,52	658.927,12
· Salário ou pró-labore	1.208.163,64	835.157,66	637.268,00	637.021,96
· Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	25.963,00	32.505,78	24.803,52	21.905,16
Remuneração variável				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação em Resultados	-	-	-	-
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	1.234.126,64	867.663,44	662.071,52	658.927,12

Conselho Fiscal Valores anuais em R\$	Prevista 2026	Reconhecida no resultado		
		2025	2024	2023
Nº de membros	5	-	-	-
Remuneração fixa anual	290.859,47	-	-	-
· Salário ou pró-labore	290.859,47	-	-	-
· Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação em Resultados	-	-	-	-
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Pós-emprego				
Cessaç�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes	-	-	-	-
Total da remunera�o	290.859,47	-	-	-

Não foi instalado Conselho Fiscal nos exercícios de 2023 a 2025.

Diretoria Estatut�ria Valores anuais em R\$	Prevista 2026	Reconhecida no resultado		
		2025	2024	2023
Nº de membros	3	3	3	3
Remunera�o fixa anual	3.506.158,60	2.300.022,23	1.879.040,60	1.810.748,00
· Sal�rio ou pr�-labore	3.224.144,14	2.119.318,88	1.640.903,14	1.581.397,28
· Benef�cios direto e indireto	282.014,46	165.406,33	146.800,88	141.384,28
· Participa�oes em comit�s	-	-	-	-
· Outros	-	15.297,02	91.336,58	87.966,44
Remunera�o vari�vel	2.256.900,90	0,00	1.137.727,11	381.033,00
· B�nus	2.256.900,90	-	1.137.727,11	381.033,00
· Participa�o em Resultados	-	-	-	-
· Participa�o em reuni�es	-	-	-	-
· Comiss�es	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
P�s-emprego				
Cessa�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes	-	-	-	-
Total da remunera�o	5.763.059,50	2.300.022,23	3.016.767,71	2.191.781,00

3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal na Cia. De Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Valores previstos no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente de 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	5,00	13,00
Bônus	-	2.256.900,90	-	2.256.900,90
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	2.256.900,90	-	2.256.900,90
Participação nos resultados	-	-	-	-
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	-	-	-

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	4,00	0,00	11,00
Bônus	-	2.433.327,80	-	2.433.327,80
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	2.433.327,80	-	2.433.327,80
Participação nos resultados	-	-	-	-
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	-	-	-

Remuneração variável prevista para o exercício social de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8	3	0	11
Bônus	-	2.275.454,22	-	2.275.454,22
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	2.275.454,22	-	2.275.454,22
Participação nos resultados	-	-	-	-
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária
Não se aplica.

6. Outorga de opções de compra de ações

Não se aplica.

7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica.

8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

9. Diluição potencial por outorga de ações

Não se aplica.

10. Outorga de ações

Não se aplica.

11. Ações Entregues

Não se aplica.

12. Precificação das ações

Não se aplica.

13. Participações detidas por órgão

Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão: (emissor: Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira)

Cargos	Ações ON	Ações PN	Total
Membros do Conselho de Administração	1.285.034	176.014	1.461.048
Membros do Conselho Fiscal	38.687	17.016	55.703
Membros da Diretoria Estatutária	349.142	400	349.542
Total Alta Administração	1.672.863	193.430	1.866.293
% sobre o Capital Total	39,0%	3,4%	18,7%

14 Planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não se aplica.

15 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal na Cia. De Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

2025 – Valores anuais previstos em R\$	Conselho de Administração	nº de meses	Diretoria Estatutária	nº de meses
Nº de membros	7		3	
Maior remuneração	222.265,94	12	1.339.113,80	12
Menor remuneração	49.849,38	12	398.246,62	8
Remuneração média	105.172,96	12	904.265,91	11

Observação: sem previsão de instalação de Conselho Fiscal

2024 – Valores anuais realizados em R\$	Conselho de Administração	nº de meses	Diretoria Estatutária	nº de meses
Nº de membros	7		3	
Maior remuneração	212.061,80	12	1.363.205,88	12
Menor remuneração	110.345,25	12	861.505,82	12
Remuneração média	82.750,60	12	1.072.939,00	12

Observação: não houve instalação de Conselho Fiscal

2023 – Valores anuais realizados em R\$	Conselho de Administração	nº de meses	Diretoria Estatutária	nº de meses
Nº de membros	8		3	
Maior remuneração	204.237,16	12	938.312,22	12
Menor remuneração	24.653,00	5	634.436,21	12
Remuneração média	82.365,89	11	730.593,67	12

16 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica.

17 Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercícios	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
2025	100%	0%
2024	100%	0%
2023	100%	0%

Observação: não houve instalação de Conselho Fiscal

18 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração por quaisquer serviços razão que não a função que ocupam, seja por prestação de serviço de consultoria, assessoria ou comissões.

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL INDICADOS PELOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES:

As indicações a seguir foram feitas pelos seguintes acionistas:

- FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR
- JOSÉ CLAUDIO PAGANO
- JOSÉ OSWALDO MORALES JUNIOR
- MARIA CRISTINA SAMPAIO PAGANO

As indicações a seguir foram formalizadas por meio do envio de comunicação à Companhia em 26/05/2026:

- **Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:** CLÁUDIO LOPES CARDOSO JÚNIOR
- **Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:** FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR
- **Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:** DIEGO SOUZA E SILVA
- **Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:** WILSON COSTA FERREIRA
- **Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:** ROBERTO GOLDSTAJN

DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUDIO LOPES CARDOSO JÚNIOR, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 33.716.642-0, inscrito no CPF sob o nº 310.462.808-48, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Praça Padre Manoel da Nóbrega, nº 16 – 11º andar, Centro, CEP 01015-010, na qualidade de candidato a membro do Conselho de Administração da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual, entre outras matérias, deliberará sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento ao art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”) que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

CLÁUDIO LOPES CARDOSO JÚNIOR

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO EFETIVO
DO CONSELHO FISCAL**

FRANCISCO ASCLEPIO BARROSO AGUIAR, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade 1984.107.257 CREA-RJ, inscrito no CPF sob o nº 170.810.253-15, residente e domiciliado na cidade de Salvador, estado da Bahia, Rua Wanderley de Pinho, n.º 735, apartamento 701, Itaigara, CEP 41815-270, na qualidade de candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(v)** não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Salvador, 14 de maio de 2026

**FRANCISCO ASCLEPIO BARROSO
AGUIAR**

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO EFETIVO
DO CONSELHO FISCAL**

WILSON COSTA FERREIRA, brasileiro, divorciado, diretor financeiros, portador da Cédula de Identidade RG nº 13504547 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 052.599.378-99, residente e domiciliado na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, Avenida Bartholomeu de Carlos, nº 901, Complemento FLA A. 2308, Jardim Flor da Montanha, CEP 07097-420, na qualidade de candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal da CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, de modo exclusivamente digital e à distância, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: (i) não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; (iii) atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (iv) não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (v) não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Guarulhos, 19 de maio de 2026

WILSON COSTA FERREIRA

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO SUPLENTE
DO CONSELHO FISCAL**

DIEGO SOUZA E SILVA, brasileiro, analista de mercado, solteiro, inscrito no RG nº 2809652 SESPDS-DF, CPF nº 027.177.081-38, residente e domiciliado na cidade Brasília, no Distrito Federal, na Quadra 204, Lote 06, Bloco A, apartamento 504, CEP 71939-540, na qualidade de candidato a membro suplente do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307- 7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.¹; e **(v)** não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

Brasília, 14 de maio de 2026.

DIEGO SOUZA E SILVA

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATO A MEMBRO SUPLENTE
DO CONSELHO FISCAL**

ROBERTO GOLDSTAJN, brasileiro, advogado, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, inscrito no RG nº 20389030 SSP/SP, CPF nº 128.655.018-17, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, Rua João Moura 956, apartamento 81, CEP: 05412-002, na qualidade de candidato a membro suplente do Conselho Fiscal da **CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**, companhia aberta, com sede na Rua Paraíba, 330, 9º andar, Bairro Funcionários, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-917, inscrita no CNPJ sob o nº 17.245.234/0001- 00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31.300.044.254, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 00307-7 (“Companhia”), cuja eleição será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 05 de junho de 2026, às 10h00, **de modo exclusivamente digital e à distância**, a qual deliberará, entre outras matérias, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, venho, pela presente, declarar, para fins de atendimento aos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e ao Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“RCVM 80”), que: **(i)** não estou impedido(a) por lei especial, ou condenado(a) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; **(ii)** não estou condenado(a) apenas de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iii)** atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; **(iv)** não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.¹; e **(v)** não sou cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da Companhia. Por fim, indico o meu endereço [residencial/profissional] acima para receber as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos da minha gestão.

São Paulo, 19 de maio de 2026.

ROBERTO GOLDSTAJN

Nome	Cláudio Lopes Cardoso Júnior
Data de Nascimento	16/10/1984
Profissão	Advogado
CPF ou Passaporte	310.462.808-48
Cargo eletivo a que concorre	Membro do Conselho de Administração
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionistas não controladores
Membro Independente	Sim
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não aplicável. Primeiro mandato.
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Profissional graduado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (UniFMU) em 2011, aprovado no Exame da OAB no mesmo ano e inscrito na entidade em 2012.</p> <p>Mais de 15 anos de experiência na área jurídica, especialmente com questões relacionadas à tributação, mercado de capitais e processos de insolvência (recuperação judicial e falência).</p> <p>Profissional com conhecimentos de contabilidade e em trabalhos de reestruturação societária e financeira.</p> <p>Sócio do escritório de advocacia CLAUDIO CARDOSO JR ADVOGADOS e da empresa especializada em reestruturação de créditos e empresas REESTRUTURA SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.</p>
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: <i>(iii) Condenação criminal;</i> <i>(iv) Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> <i>(v) Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	<p>Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.</p>

Nome	Francisco Asclépio Barroso Aguiar
Data de Nascimento	19/02/1961
Profissão	Engenheiro mecânico
CPF ou Passaporte	170.810.253-15
Cargo eletivo a que concorre	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionistas não controladores
Membro Independente	Sim
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não aplicável. Primeiro mandato.
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Profissional graduado em Engenharia Mecânica Nuclear, Matemático e pós-graduado em Engenharia Nuclear, Engenharia Metalúrgica, Subárea Ciência de Materiais, Tecnologia da Informação (TI) e Análise de Sistemas.</p> <p>Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A; La Fonte Investimentos S.A; La Fonte Telecomunicações S.A; Jereissati Telecom S.A; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022.</p> <p>Cias Abertas com Registro na CVM.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração (Chairman of the Board) da Recrusul S/A em 2009. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.</p> <p>Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S/A em 2009. Cia Aberta com Registro negociada na BOVESPA com Registro na CVM.</p> <p>Presidente do Conselho Fiscal da Telemar - TeleBahia de 1996 a 1999. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.</p> <p>Membro do Conselho Fiscal da Telemar - TeleCeará de 1996 a 1999. Cia Aberta com Registro na CVM.</p> <p>Membro Suplente do Conselho Fiscal da Energisa - Mato Grosso - Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.</p> <p>Membro do Conselho de Administração (Board) da Cia Minuano de Alimentos (MINUPAR) de 2001 até 2009.</p> <p>Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.</p> <p>Membro do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A de 1997 até 2004. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM.</p> <p>Membro do Conselho Fiscal da Fertiza - Companhia Nacional de Fertilizantes - Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Coordenador de Projetos de Grande Porte - 2003 - 2022.</p>

<p>Descrição de eventos nos últimos 5 anos:</p> <p><i>(iii) Condenação criminal;</i></p> <p><i>(iv) Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i></p> <p><i>(v) Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i></p>	<p>Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.</p>
--	---

Nome	Wilson Costa Ferreira
Data de Nascimento	19/04/1964
Profissão	Diretor financeiro
CPF ou Passaporte	052.599.378-99
Cargo eletivo a que concorre	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionistas não controladores
Membro Independente	Sim
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não aplicável. Primeiro mandato.
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Profissional graduado em Ciências Contábeis pela Universidade São Francisco e técnico em contabilidade pelo Colégio Santos Dumont. Executivo experiente nas áreas de controladoria, contabilidade, finanças e planejamento tributário, com uma trajetória consolidada em empresas nacionais e multinacionais dos setores de varejo, indústria, saúde, bens de capital e serviços.</p> <p>Diretor Financeiro e CSC da Gocil Tecnologia em Segurança e Serviços Ltda.</p> <p>Profissional com habilidades em liderar projetos de reestruturação organizacional e implementação de centros de serviços compartilhados (CSC), assim como na captação de recursos financeiros por meio de operações estruturadas, incluindo FIDC e emissão de debêntures. Experiência na gestão de equipes multidisciplinares, implantação de políticas de compliance, governança corporativa e otimização de processos financeiros, garantindo eficiência operacional e resultados econômicos expressivos. Proficiência no uso de sistemas ERP, como SAP FI/CO, Protheus e Sênior, e atuação com foco em indicadores de desempenho (KPIs) e acordos de nível de serviço (SLA) para monitoramento e aprimoramento contínuo das áreas financeiras.</p> <p>Profissional com atuação na adequação e elaboração de demonstrações financeiras conforme normas internacionais (IFRS e US GAAP), planejamento tributário estratégico e suporte em auditorias externas.</p>
Descrição de eventos nos últimos 5 anos: <i>(iii) Condenação criminal;</i> <i>(iv) Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas;</i> <i>(v) Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</i>	<p>Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.</p>

Nome	Roberto Goldstajn
Data de Nascimento	19/06/1974
Profissão	Advogado
CPF ou Passaporte	128.655.018-17
Cargo eletivo a que concorre	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	AGO de 05/06/2026
Data da Posse	AGO de 05/06/2026
Prazo do Mandato	Unificado de 2 (dois) anos, até a AGO de 2028
Indicado por	Acionistas não controladores
Membro Independente	Sim
Caso venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	Não aplicável. Primeiro mandato.
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Advogado com mais de 20 anos de experiência em Direito Empresarial, Governança e Compliance, atuando na estruturação de políticas de integridade, mitigação de riscos e relacionamento com órgãos reguladores.</p> <p>Sólida trajetória em relações institucionais, governamentais e tributárias, com foco em fortalecer ambientes corporativos éticos, transparentes e sustentáveis.</p> <p>Atuo como conselheiro e consultor estratégico, apoiando empresas na tomada de decisão com base em governança e integridade. Autor e coautor de livros e artigos sobre Compliance, Governança e Riscos Corporativos, publicados em revistas especializadas.</p> <p>Profissional com sólida trajetória nas áreas tributária, societária, compliance, governança corporativa e reestruturação empresarial, com atuação em grandes empresas, consultorias e escritórios jurídicos. Iniciou carreira na Deloitte e no Grupo Pão de Açúcar, atuando em contencioso tributário, regularidade fiscal, monitoramento de passivos e relacionamento corporativo. Como fundador da KWGR Advocacia, liderou estratégias de redução de passivos fiscais e trabalhistas, além da regularização empresarial.</p> <p>Posteriormente, exerceu cargos de liderança na EY, FF Law, Integrow Beyond Numbers e em consultoria jurídica empresarial independente, com foco em governança tributária, compliance regulatório, relações institucionais, reorganização societária, mitigação de riscos e desenvolvimento de programas de integridade e ética corporativa.</p> <p>Possui ampla experiência em interface com órgãos públicos e reguladores, estruturação de projetos estratégicos, fusões e aquisições, planejamento estratégico, compliance, PLD-FT, ESG e governança corporativa. Atuou ainda como advisor e membro de conselhos consultivos em empresas como Octocon Tech-Fin, illow, X8 Investimentos e Nexx Blue, contribuindo para expansão institucional, gestão de riscos, inovação, sustentabilidade e tomada de decisões estratégicas. Também exerceu funções executivas na Flexus Consultoria, conduzindo projetos de reestruturação empresarial, redesenho de processos e análise de viabilidade de negócios.</p>